

“Brasileiros não assumem a hiperinflação.” Quem diz é o ex-ministro da Bolívia.

“Estou preocupado com o Brasil: as pessoas não querem admitir que há hiperinflação. É como o alcoólatra, que deve assumir sua doença antes da hora da verdade.” Foi o que disse ontem o ex-ministro do Planejamento da Bolívia Gonzalo Sánchez de Losada (que acabou com a hiperboliviana), ao fim de nove horas de reuniões com economistas brasileiros e do Exterior. Eles participam do seminário internacional “A hiperinflação e o futuro da América Latina”, promovido pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap).

O ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, não concorda. Hoje, como último conferencista do seminário que reunirá expoentes como Jeffrey Sachs — que está assessorando o novo governo polonês do **Solidariedade** —, Emanuel Sharon (de Israel), Rubens Ricúpero (embaixador do Brasil no Gatt-Acordo Geral de Tarifas e Comércio), Charles Maier (Harvard), Jesús Herzog (ex-ministro da Fazenda do México), João Paulo dos Reis Velloso (ex-ministro do Planejamento), Antônio Barros de Castro (professor da UFRJ), Celso Martone (professor da FEA-USP), César Maia (deputado federal pelo PDT-RJ), Pastore traçará uma comparação entre a Bolívia, a Alemanha e a França.

Com enorme déficit fiscal, a Alemanha de 1923 foi vítima de uma das maiores hiperinflações da história, só inferior à da Grécia e da Hungria. Já a França de 1926, liderada por Poincaré, com o mesmo déficit evitou a hiperinflação. Conclusão de Pastore: “A hiperinflação não é inevitável no Brasil”. O que aconteceu, até agora, é que o Brasil só atacou as consequências (a inércia inflacionária) mas não os “impulsos iniciais”, ou seja, o déficit e as emissões monetárias.

Em encontro reservado realizado ontem, discutiu-se exatamente isso: se a hiperinflação é inevitável ou se é possível afastá-la. Mas a preocupação com o que podem fazer os que não querem os corfes indispensáveis para acabar com a inflação ainda não foi afastada. O consenso foi de que “o processo de inflação brasileira não durará muito tempo”. E quanto a soluções gerais concluiu-se pela necessidade de: 1) zerar o déficit; 2) aplicar um tratamento de choque; 3) acumular reservas cambiais até março.

A face social

Qual é o custo social de combater a

hiperinflação — ou então a inflação crescente, como a brasileira? O professor Yuchi Tsukamoto, da FGV-SP e da FEA-USP, argumenta que o Brasil tem colocado essa questão em segundo lugar. E Roberto Macedo, diretor da FEA, recomenda que o Brasil olhe mais para a experiência norte-americana dos anos 30, no governo Roosevelt e seu **New Deal**, do que para a Bolívia ou mesmo a Argentina.

O custo social para a Bolívia foi descrito pela socióloga Susana Donoso de Baixeras, da Universidade de La Paz. A deterioração da economia, segundo ela, começou em 1977, com o esgotamento do modelo que previa a substituição de importações e a criação de uma burguesia nacional — inviabilizado pelo crescente aumento demográfico. A hiper começou a instalar-se em 1982, por causa do endividamento externo, da queda do valor das exportações (gás, estanho e cocaína) e da fuga de capitais da produção para a especulação e o comércio. Os que mais perderam foram os assalariados (queda de 37% na renda real entre 82 e 85) e aqueles que viviam de rendimentos fixos.

Mas os assalariados não chegam a representar 30% dos trabalhadores bolivianos: entre 40 e 50% da PEA (População Economicamente Ativa) opera em economia de subsistência, ou informal, e cerca de 20% são pequenos comerciantes, o que atenuou as coisas. A hiper boliviana veio acompanhada de empobrecimento geral, piora nos termos de troca (valor dos produtos exportados **versus** valor dos produtos importados), terciarização, crescente serviço da dívida externa, grande déficit fiscal, contração do emprego estatal, eliminação de 50 mil postos de trabalho (dos quais 30 mil na produção) e diminuição dos gastos com saúde e educação.

Os bolivianos passaram então a comprar -84% de calçados e roupas, a consumir -36% nos lares, -25% em transportes (crianças indo a pé ou não indo às escolas), -16% em alimentação. Em vez de políticas sociais, o governo criou o Fundo Social de Emergência, com recursos de US\$ 140 milhões. Um de seus efeitos foi gerar 500 novos empregos/mês; ou 17 mil desde sua criação, em 86.

Mas tudo é questão de tamanho. Na Alemanha, o programa contra a hiperinflação eliminou 500 mil empregos, relatou Maier. A Argentina, segundo Beatriz Toungian, tem no emprego público um substituto para o desemprego nas províncias. “O Estado — admitiu — é um intermediário para evitar uma crise social maior.”